

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 119.^a Sessão Ordinária
Realizada em 10 Agosto de 1971 — (3.^a-Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Domicio Scaramella e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reirhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Genofonte Villanteva (45); achando-se ausentes os srs. Deputados: Francisco Escorsi e Paulo Poli (2).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SD. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei ns. 237-70 e 21-71.

— De autoria do sr. deputado Antônio Maciel, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 32-69.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento do sr. Pedro Dondeo, ocorrido no dia 8 do corrente, na cidade de União da Vitória. O extinto era residente na região há mais de 40 anos e ferroviário aposentado.

Outrossim, requer, que se dê a família enlutada conhecimento, através de expediente desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1971.

(aa) **Domicio Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais, Requer, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados aos familiares enlutados, os seguintes votos de pesar:

A família do sr. João Schiavinatto, pioneiro do Município de Londrina, ex-agente da Companhia de Terras do Norte do Paraná e uma das pessoas que assinaram a ata de criação do Município de Londrina. Seu passamento ocorreu na manhã último dia 7.

Comunique-se à rua Benjamin Constant, 499, em Londrina.

O outro voto de pesar é requerido para que a família do dr. Adelardo Parreira da Silva, à rua Benjamin Constant, 1778, em Londrina.

O extinto era pessoa que desfrutava de vasto círculo de amizades no Norte do Paraná, tendo desaparecido no último dia 6, para tristeza de todos aqueles que com ele conviveram.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1971.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, ouvido o Plenário, a inserção nos Arrais da Casa, do discurso pronunciado por Sua Excelência o senhor Presidente da República, por ocasião do encontro que o mesmo realizou recentemente com o senhor Presidente da Colômbia, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1971.

(a) João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, a retirada e conseqüente arquivamento do Projeto de Lei n. 161-70, de minha autoria, por falta de objeto, de vez que a medida proposta já foi concretizada anteriormente.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1971.

(a) David Federmann

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Voltamos ao lugar comum, voltamos ao surrado tema "funcionário público" que reclama insistentemente pelos seus vencimentos. Enquanto S. Excia. o sr. Governador do Estado ia a Brasília e dizia ao sr. Presidente da República nada dever aos funcionários públicos do Estado do Paraná, professores de Ginásio Estadual José de Anchieta, de Londrina, reclamavam e ainda reclamam pelos seus vencimentos. Cinco meses sem receber. Sou forçado a depreender que S. Exa. o sr. Governador do Estado foi a Brasília e disse inverdades ao sr. Presidente da República.

De duas uma: ou o sr. Governador do Estado está mal informado pelos seus assessores, ou está pretendendo enganar o povo do Paraná, afirmando insistentemente que todos os funcionários públicos do Estado do Paraná nada devem reclamar em relação aos seus vencimentos. Citamos esse Ginásio como um exemplo, porque não é apenas o único onde os professores não recebem. Sabemos que em outros Municípios menores também, professores estão a reclamar vencimentos atrasados.

Na oportunidade em que o Governo Federal procura erradicar o analfabetismo, realiza campanhas extraordinárias, o Mobral, por exemplo, nós não

entendemos como o Governo do Estado pode relegar a um segundo plano, mestres que precisam de tranquilidade para transmitir a instituição. Como ter essa tranquilidade se, ao transmitir a educação e a instrução aos seus alunos, estão a pensar que às portas de suas casas está um cobrador a esperar.

Educação é o maior investimento, dizem. Concordamos plenamente. Porque não levarmos em consideração no Paraná? Por que não acabarmos de vez por todas com esse drama, com essa humilhação do professorado paranaense?

Sei perfeitamente que encontrarão argumentos e desculpas para justificar esse atraso, para tentar justificar esse atraso. Mas nenhum argumento, nenhuma desculpa será suficiente para nos convencer de que o Governo do Estado está agindo acertadamente, atrasando os vencimentos de professores, de humildes zeladoras, e afirmando à imprensa, inclusive ao sr. Presidente da República, que neste Estado nada se deve ao funcionalismo público.

Não nos alongaremos, as palavras ecoam insistentemente, mas nem sempre produzem os resultados esperados. Aqui fica apenas o registro, fica apenas, mais uma vez, o apêlo em nome daquelas que precisam sustentação material para prosseguir no seu caminho de idealismo, transmitindo a educação aos responsáveis pelo futuro deste Estado. — (Sem revisão do crader).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Estêve nesta Tribuna o nosso companheiro de Bancada e da mesma cidade, Deputado Álvaro Dias, que veio aqui desmascarar aquelas notícias, segundo as quais os funcionários do Estado do Paraná estão sendo pagos em dia, o que não é verdade. Isto é facilmente constável. Além do caso citado, existe o das zeladoras do Paraná que, depois de tanto chorar o não pagamento dos meses atrasados, perceberam, do ano de 1971, apenas um mês de salário, por todos os serviços prestados. O Governo, além de desrespeitar as leis trabalhistas, está desrespeitando o que outro Governo manda. Há fiscalização para multar um comerciante que não paga a seu empregado, pelo menos o salário mínimo. No que diz respeito ao Governo do Paraná, é o Governo que está desrespeitando a própria lei vigente no País. O Estado tem uma fiscalização, repito, para autuar e multar os comerciantes, e o Governo entanto, deixa de cumprir a lei ao não pagar sequer o salário mínimo para os servidores contratados do Paraná. Além dessas zeladoras não receberem nem o salário mínimo, elas têm que esperar à boa vontade do Governador, no sentido de mandar pagá-las quando S. Exa. bem entender. É um verdadeiro crime que está se cometendo contra uma laboriosa classe de gente humilde, mas de gente que também presta benefícios ao Estado do Paraná.

Estamos sentindo a vaidade do sr. Governador do Estado S. Exa. pouco tem parado no Palácio; mais viaja do que propriamente ouve as reivindicações aqui de Curitiba. O sr. Governador poderia, perfeitamente, ficar no Palácio, para atender com mais rapidez aos homens do Interior que vêm à Capital. Entretanto, S. Exa., lamentavelmente, tem se deslocado para o Interior do Estado em dias de semana, em dias de trabalho, quando poderia aqui permanecer trabalhando. Mas, não, o sr. Governador vai às cidades do Interior para as homenagens, para as inaugurações, atos já superados, porque muitas das obras não foram construídas no Governo atual, foram apenas concluídas.

Como exemplo, citamos o caso denunciado pela imprensa — aí o absurdo da vaidade do sr. Governador — em que S. Exa. foi inaugurar um Gru-

po Escolar com seu próprio nome, contrariando aquela lei famosa do ex-Presidente Castelo Branco, que proibia que se desse o nome a qualquer obra pública, de pessoa viva. De acôrdo com essa lei, ter-se-ia que esperar cinco anos após o falecimento de um cidadão ilustre para, então, colocar seu nome em alguma obra publica.

No Paraná, no entanto, o sr. Governador inaugura um grupo escolar, construído com o dinheiro do povo, construído com o dinheiro do homem que é da Arena, construído com o dinheiro do homem que é do MDB, construído com o dinheiro do homem que não tem partido, porque, na construção de uma escola não deve haver política, uma vez que a criança não é nem da ARENA e nem do MDB, e a escola é construída para educar e não para se fazer política. Por aí pode-se ver vaidade do sr. Governador, que inaugurou um grupo escolar com seu próprio nome.

Vim aqui não para criticar a vaidade somente do sr. Governador, mas de qualquer outro homem público que assim proceda. Enquanto os homens estão por cima, inaugura-se escolas com seu nome...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Assim que terminar meu raciocínio.

Quando aquêle homem não está mais com o poder na mão, muda-se o nome daquele que; um dia, foi bajulado. Entendemos êste ato como uma pura bajulação daqueles que governam o nosso Estado.

É o nosso apêlo, para que o sr. Governador permaneça mais em Palácio...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência comunica ao nobre orador que falta um minuto para encerrar a sua oração.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — ... procurando normalizar o pagamento daquêle pessoal que ainda não recebeu, e que também trabalha para o Paraná. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o orador inscrito para o Pequeno Expediente sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVÓ TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O deputado Antônio Belinati está mal informado quando a anunciada denominação de um próprio estadual como uma homenagem da população do município de Pato Branco à pessoa do sr. Governador do Estado.

Não é verdade, que Decreto Governamental, tenha denominado um Grupo Escolar de Pato Branco, de Governador Haroldo Leon Peres. E sabe S. Exa., o Deputado do MDB, que só por decreto ou por lei aprovada por esta Casa, denominação do próprio estadual, pode ser auferida a qualquer estabelecimento de ensino, ou assistencial, ou à estrada, ou à rodovia, ou a qualquer obra construída pelo Govêrno do Estado do Paraná.

O que houve na cidade de Pato Branco e se faça justiça e diga-se a verdade, nós já estamos cansados de se ouvir criticar tanto a um homem, sem que se lhe possa atribuir culpa em um episódio dos quais êle não participou, o Governador do Estado não pediu homenagens a ninguém. As lreiranças de Pato Branco, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Professorado, é que pretendeu denominar de Grupo Escolar, no Bairro de Salomone de Pato Branco, de Haroldo Leon Peres, não há, absolutamente, ato nenhum da Secretaria de Educação, que tenha procedido desta maneira.

Portanto, não é verdade que, em Pato Branco, exista um Grupo Escolar com o nome de Haroldo Leon Peres.

Desafio e repito, o Deputado, a que traga nesta Casa o número do Decreto que tenha naquela cidade denominado aquêle próprio com o nome do sr. Governador do Estado.

E é bom que quando se vem à tribuna, se traga algumas coisas mais sérias que digam interêsse, ou respeito aos interêsses à coletividade. O sr. Governador do Estado já providenciou e as Secretarias já receberam o correspondente para o pagamento do pessoal contratado da Secretaria de Educação, principalmente. E quem deve estar começando a receber a sua im-

portância não é o funcionalismo do Estado, são diaristas pagas com verbas de terceiros, deferidas pela Diretoria dos estabelecimentos. O funcionalismo público está em dia, já recebeu no mês passado. Os contratados, os tarefeiros, que não têm configuração de funcionalismo público. As Secretarias, dentro da nova programação financeira, já estão recebendo, da Secretaria da Fazenda, as importâncias que já devem estar sendo remetidas às direções dos estabelecimentos, para que se efetue o pagamento.

E a bem da verdade, era o que se precisava fazer porque, em Pato Branco, o seu Grupo Escolar não tem o nome de Governador nenhum; o que eu estranho é que no Governo passado sim, era válido que se denominasse Grupos Escolares, Ginásios, Estradas com o nome do Governador e, mesmo assim, ninguém nesta Casa levantou sua voz dizendo que isto era indecente, que não era válido. Neste Governo, quando uma coletividade pretende homenagear o seu Governo, muito embora não o tenha feito por antecipação, à conta do "vamos ver", se fazem denúncias sobre o que não ocorre, sobre o que não é verdade. Muito obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente. Com a palavra o sr. Nivaldo Krüger, primeiro orador inscrito.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Antes de V. Exa. fazer uso da palavra, nós não poderíamos apartear S. Exa. o sr. Ivo Tomazoni porque S. Exa. falava no Pequeno Expediente. Devo dizer que ocupamos a Tribuna sem mencionar a cidade ou o grupo escolar onde se teria dado a denominação de Grupo Escolar Haroldo Leon Peres, porém, S. Exa. fez menção ao caso da cidade que ele representa, ao lado do sr. Cândido Martins de Oliveira, porém esta denúncia foi publicada também ontem pelo jornal "O Estado do Paraná" e não foi ontem contestada pelos Deputados do Governo, durante a sessão que esta Casa realizou. Devo dizer que Pato Branco tem representantes como o sr. Cândido Martins de Oliveira, e com relação ao funcionalismo público. Entendemos que a servente também é servidora, porque está procurando servir e na verdade, esta gente não recebeu nem a metade do que tem direito do atual Governo. Não é coisa atrasada. E se no passado não ocupamos a Tribuna para tratar do assunto, é evidente, por que na outra Legislatura não éramos Deputados nesta Casa. Obrigado a V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não há quem ignore a importância do trigo como fonte de divisa, preponderante do estabelecimento da mecanização das áreas agrícolas e instrumento para o fortalecimento da economia do País. Não se pode olvidar a importância do trigo na vida econômica de qualquer nação. É um produto estratégico. As nações consideradas potenciais são as que detêm auto-suficiência neste setor. Bem recuado no tempo só podiam pensar tranquilamente nos estadistas que tinham os depósitos de suas nações abarrotados de trigo. E nós no Brasil somos importadores de trigo. Iniciou-se em 65 uma nova política de estímulo à triticultura e de lá para cá nós tivemos uma elevação considerável na produção nacional triplicando-se a safra tritícola.

Entretanto, atingimos apenas a 50% da produção do consumo nacional do trigo. Ora, dirão os srs. Deputados, isto tudo nós sabemos, é conhecido de todos e o que é que tem a ver isto com o expediente desta Assembléia? Tem muito a ver srs. Deputados, porque a nova orientação na política de preços do Governo Federal, não corresponde ao que o Governo anuncia nas revistas nacionais, na televisão e no rádio. Não corresponde, porque o Governo anuncia uma coisa e faz outra completamente diversa. Há uma incoerência profunda no que se propaga, no que se publica, entre o que se publica e a verdade. E é isto que eu quero hoje demonstrar a esta Assembléia. Não somente pelo prazer da demonstração, mas para alertar esta Casa e o Paraná, e especialmente aqueles setores ligados à atividade do

Paraná, no caso a Secretaria de Agricultura, órgão se não totalmente mas parcialmente omisso neste caso.

A Secretaria de Agricultura do Paraná pouco ou nada tem feito no setor da triticultura do Paraná; nada ou quase nada tem feito no campo da pesquisa. Um dos setores fundamentais da triticultura, pois a multiplicação das variedades e a produção de sementes selecionadas, é um dos setores fundamentais para o desenvolvimento da triticultura do Estado.

Compreendo, srs. Deputados, que este assunto seja um tanto cansativo; mas, muito mais cansativo é para o lavrador abandonado e esquecido; muito mais é para aquele homem iludido pelas promessas de governantes e de vultos públicos que não cumprem promessas, e que só sabem levar os votos das áreas de produção, mas que, quando se trata de assunto desta importância, tratam-no com desdém; não levam a sério as necessidades do produtor de trigo. E se as cooperativas, aqueles organismos que se propõem a dinamizar a política tritícola de nosso Estado, como é o exemplo da Cooperativa Central Agrária, do Município de Guarapuava e Entre Rios, responsável, por 80% da produção de trigo no Paraná, o segundo Estado de produção tritícola do Brasil, quer retirar as safras nos momentos críticos da colheita se quiser conduzir as colheitas para os países, precisou adquirir, com os recursos dos seus cooperados, as motoniveladoras para construir estradas naquela área. Isto, srs. Deputados, é gravíssimo, que aconteça na área que produz 80% do trigo estadual; não poderemos ficar tranquilamente sentados aqui nesta Assembléa, enquanto nosso produtor, de um dos produtos fundamentais para a economia nacional, fica relegado ao mais completo abandono, ao ponto de ter que se bastar à construção de suas próprias estradas, quando o Estado lhe retira violentamente através da tributação indireta — pois o trigo não é tributado diretamente; importância elevadíssima.

E agora ainda, o Fundo Rural aumentou em 100% a incidência sobre o produto, como sobre os demais.

Não podemos ficar aqui presos, tratando de assuntos menores, quando os grandes assuntos, os assuntos de interesse para a vida econômica e social de um Estado que luta como o nosso em busca de uma posição melhor ao lado das demais unidades da Federação, fica, num dos setores mais importantes, relegado a um plano de inferioridade total. Nas zonas de produção não existem campos de multiplicação das sementes de um dos cereais mais importantes e, se existem, são feitos quase que exclusivamente com recursos das Cooperativas.

Temos, sr. Presidente, um quadro quase que estarrecedor, diante do qual o homem público não pode ficar insensível sob pena de ser apontado, amanhã, como omisso diante da realidade de seu Estado.

Vejam, Senhores, este quadro:

Na safra de 70 tivemos o preço estabelecido para o trigo na ordem de 29 cruzeiros, com uma elevação de apenas 8% em relação à safra anterior, quando o custo de vida foi elevado na ordem de 25%. Vejam o reflexo disto. Nós, que vimos dobrando a produção de ano para ano, tivemos, em 65, 231 mil toneladas de produção no País; em 66, elevamos a produção para 364 mil; em 67, para 693 mil, portanto, 90% sobre o ano anterior o que foi resultado de uma política de preços dinâmica, objetiva, dando ao produtor condições de rendimento. Se vivemos num período de livre iniciativa, cujo incentivo para a atividade é o lucro, e se não se propiciam condições de lucro, como poderemos elevar a produção? Se não se dá condições de ganho ao produtor, como poderá ele encontrar meios de abastecer os centros consumidores e dar ao povo brasileiro condições de se alimentar? E em um País onde 40% não têm sequer condições de adquirir o pão de cada dia. Em 68 a elevação da produção se manteve no nível de 80% sobre a produção de 67, que fôra de 693 mil toneladas, indo para a ordem de um bilhão 140 mil toneladas. Já no ano de 70 teve um decréscimo de 30%, devido ao fato a que me referi, o da falta de estímulo para o empreendimento, havendo uma redução na margem de

lucro. Caiu em 30% o nível de produção, havendo em '70 uma elevação da ordem de 50%.

Acresce-se a isto que a triticultura brasileira ampliou a área utilizada, abrangendo o Norte do Paraná, São Paulo e cultivando cereais em Mato Grosso.

O sr. Sebastião Rodrigues — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Acompanho a exposição que V.Exa. faz da Tribuna sobre assunto que reputo de magna importância, não só para a economia do Estado, mas para a economia do Brasil de modo geral.

Gostaria, se V.Exa. tem em mãos, que tornasse público também o preço das sementes selecionadas. V.Exa. possui esse cadastro? E V.Exa. verá que através desses longos anos, a elevação do preço das sementes foi muito superior, percentualmente, ao índice concedido pelo Governo na elevação do preço do produto. V.Exa. verificará que enquanto o Governo aumentou em 8% o preço que o produtor irá vender seu produto, incide sobre a semente selecionada uma taxa superior a 8%. Pergunto a V.Exa. se dispõe desses dados para fornecer aos Deputados?

O SR. NIVALDO KRÜGER — O aparte de V.Exa. é oportuno e isso serve de confronto, serve para verificar, para se ter consciência da distonia e da falta de objetividade da política de preços do Governo. O custo da semente tem se mantido na ordem de 30% e uma elevação superior a 30% com relação ao custo do cereal. E com uma agravante, não temos, ou se temos é em escala muito reduzida, a produção de sementes selecionadas no Paraná.

O sr. Armando Queiroz — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Permita V.Exa. que retorne um pouco e que analise em detalhes o discurso de V.Exa., porque parece que V.Exa. não irá retornar mais a esse ponto. Disse V.Exa. da situação que está ocorrendo no Município de Guarapuava, distrito de Entre Rios, dizendo e lamentando que operários tivessem o encargo, dêles mesmos, construir estradas para que pudessem fazer circular o produto de sua plantação, em especial o trigo. Sr. Deputado, a política rodoviária em nosso País, deixa entrever o seguinte: que cabe ao Governo Federal as grandes rodovias, aquelas que interligam os Estados e interligam as regiões aos nossos portos. Cabe ao Governo Estadual as rodovias de menor porte, interligando os municípios e cabe também, dentro desse espírito e dessa política rodoviária, aos Municípios fazer com que se abram estradas nas divisas de cada Município. Parece-me, portanto, que o problema estaria melhor focado se se atinasse esse assunto a esfera municipal, porque não pode, realmente, o Estado e nem mesmo o Governo Federal descer ainda a pequenas estradas. Esse lamento não é dos plantadores de trigo somente. Dou razão aos plantadores de trigo. Também é lamento dos produtores de café, daqueles plantadores de trigo. Também é lamento dos produtores de café, daqueles que têm suas fazendas de criação, também é dos plantadores de soja. Tudo isso se deve às condições que existem no Estado e em nosso País, que ainda não dão sustentação para que os governos, seja na esfera federal ou estadual, possam atender esses pequenos detalhes. O que é lamentável é que não há recurso para isso.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Wilson Fortes)

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V.Exa., mas gostaria de lembrar que, quando cito o fato, lamentando essa ocorrência, devo dizer que o DER do Paraná tem, em certas fases da vida administrativa do Paraná, atendido a determinadas regiões com certa eficiência. É lamentável que um centro de produção daquela importância, não tenha tido esse atendimento. Creio que V.Exa. tem certa razão em argumentar como argumentou, citando o caso de outros setores. Nossa intenção, quando apresentamos o projeto, foi dar possibilidade aos Governos estadual e principalmente os municipais para que atendam a este aspecto a fim de que esses setores não fiquem ao abandono.

Voltando à análise que nos propusemos a fazer desta Tribuna, gostaria de chamar a atenção dos srs. Deputados para o aspecto curioso da política de

preços que, para mim, é inexplicável. Se alguns dos srs. Deputados conhecer minúcias a respeito do assunto solicito que me elucide.

Relativamente aos produtos da safra 70-71 em relação a de 69-70 vemos o seguinte: feijão teve uma elevação de 59%, soja 32% e o trigo teve uma elevação de apenas 11%. O combustível teve uma elevação de 25% e os fertilizantes 40%. O combustível, como é do conhecimento de todos, tem uma elevação de três em três meses e o trigo recebe apenas uma elevação de 11%. É verdade que o mercado internacional oferece o trigo a preço inferior ao nosso. Mas se permitimos que esta política continue o mercado internacional, fatalmente, virá fazer concorrência ao nosso produto e veremos então o quadro triste de uns seis ou sete anos atrás, quando a atividade ficou completamente desestimulada.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O assunto que V. Exa. traz à Tribuna, realmente merece discussão. O assunto da plantação do trigo é novo na história do Paraná, e tenho prazer em dialogar com V. Exa.

Sabemos que a região que V. Exa. representa é grande plantadora de trigo e destaca, sem dúvida alguma, o nosso Estado neste setor agrícola.

Sabemos que graças ao exemplo de Guarapuava os Campos Gerais estão sendo tomados pela plantação do trigo. Na região que represento hoje é comum, é hábito ver-se o plantio de trigo em grande escala, dentro de técnica moderna, de conceito e de orientação que tem trazido, sem dúvida, resultados compensadores aqueles que se dedicam ao plantio do trigo.

Lá na minha região eles utilizam a terra no inverno para o plantio do trigo por lá, no contacto que tenho com os lavradores fui informado que o preço é compensador. O que não é, é a produção em virtude do problema tempo e da falta de técnica. Dou razão a V. Exa. o que não se deve fazer é desestimular o lavrador baixando o preço. É preciso que ele tenha preço compensador para que possa, num dia, não muito longe, conseguir outra economia produtiva para nosso Estado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa. que é muito oportuno. Um dos pontos que gostaria de ressaltar neste caso é com relação a Cooperativa Central Agrária que é pioneira na atividade.

Agora, V. Exa. cita o caso de Campo Mourão, que inclui na segunda zona tritícola do Paraná. Duas zonas tritícolas têm o Paraná, e três classes produtoras. Exatamente, esta classificação para o caso, duas zonas e três classes de produtoras. A zona sul, englobando os Campos Gerais, temos a zona Norte com características diversas. E aí, é que está o erro do Governo, aí é que está o erro daqueles que manuseiam a política de preços, eles generalizam, nivelam, características diferentes, que não podem ser generalizadas e que não podem ser niveladas. Na zona sul, temos dois tipos de produção, o produtor tradicional que tem o custo padrão e tem um custo de 26 cruzeiros por saca, e o lavrador especial que é a produção altamente tecnificada. Por incrível que pareça, custa por saca, 30 cruzeiros. Quatro cruzeiros mais elevado do que a lavoura padrão. E a lavoura colonial que dá um custo de 33 cruzeiros por saca, cujo custo é mais elevado que a lavoura padrão e do que a lavoura especial. Esta qualificação, portanto, é feita pela política de trigo do Banco do Brasil, qualificação correta.

Agora, aqui está o grande problema, o Norte do Paraná, passou a produzir trigo, srs. Deputados, com variedades providas do México, que são altamente produtivas, e dada a situação das terras, permitem um padrão elevado, um clima quente como o do Norte, propiciando um rendimento elevadíssimo, como disse V. Exa., à produção. Aí é que está a diferença, o Norte do Paraná produz trigo sem fertilizantes, e o Sul, para produzir trigo, precisa de calagem e depois de fertilizante para que o milho seja produtivo. Nestas condições de preços mínimos, fazem-se a média a zona Norte que não aplica o fertilizante, leva a vantagem dos que aplicam fertilizantes. Então é o caso de Campos Gerais, na região Sul do Paraná neste quadro elucidativo, que é muito significativo.

Vejam os Senhores, tendo em vista os investimentos feitos na lavoura do trigo, nós temos uma apropriação de preços na ordem de custos. E existe uma lei que regula a margem de lucros sobre o custo na ordem de 30%, e assim nós teremos a nossa lavoura de produção com o custo padrão: 26,74 — Especial: 30,13 — Colonial 33,52 e mais 30% do lucro para a venda. Sendo que o custo padrão passa a ser de 35,47 — O Especial, 39,97; e o Colonial 44,47. e tão logo colhem o trigo plantam a soja ou arroz. Nas andanças que faço Sendo que o preço mínimo para o ano de 1970 foi estabelecido na ordem de 29 cruzeiros, e o de 71 estipulado em 32 cruzeiros. Quero, na oportunidade, reconhecer a propriedade da política de comercialização, adotada pelo Banco do Brasil; que comercializa com perfeição total, o trigo do Paraná como o trigo de todo o Brasil, foi a solução ideal encontrada.

O financiamento também funciona, a armazenagem, que é uma das fases importantes também está funcionando, para unidades armazenadoras, particulares como a Copasa, unidade que compõem a área privada estão funcionando. O que não está funcionando no Paraná é a pesquisa de variedades, multiplicação de sementes, a imunização. As vezes quando as unidades aéreas chegam as lagartas já destruíram as lavouras. Assim, nós fazemos este demonstrativo, de forma que fica em claro que os preços propiciados à lavoura tritícola é desestimulador, o lavrador, no ano passado, cumpriu o seu compromisso finalmente com o Banco do Brasil e não sobrou dinheiro para repor as deficiências do seu equipamento. Perdura o mesmo problema para a safra de 71 e a perdurar esta política de preços, nós temos a impressão que já vai se acentuando, segundo o gráfico da Federação das Cooperativas do trigo, do ano passado para cá de 30%, ficando reduzida em 30% a produção, em relação ao ano anterior. Assim, sr. Presidente, tivemos uma elevação de apenas 11% na safra deste ano, quando os insumos se elevaram na ordem de 5%, e os fertilizantes na ordem de 40%. Lango, desta Tribuna, desta Assembléia um apêlo às autoridades no sentido de analisarem este aspecto da economia tritícola do Paraná. A produção nacional está estimada em dois milhões e 200 mil toneladas. 52,53% do consumo nacional, a produção no Paraná foi de 164 mil toneladas. Poderia elevar-se ao nível do consumo do Paraná, 271 mil toneladas. Com a política de estímulo às atividades tritícolas teremos, no Paraná, aquela suficiência de produção de trigo e então passará o trigo a ser um produto que propicia aos que se dedicam a esta atividade, remuneração adequada. Quero, nesta oportunidade, ao encerrar este breve pronunciamento, fazer uma proposição a esta Casa, se os srs. Deputados concordarem com ela. Nós traremos ao Paraná a maior autoridade em assuntos tritícolas do Brasil, que é o Professor Raul Ady da Silva, residente no Rio de Janeiro, Coordenador do Conselho Nacional da Pesquisa do Trigo. Penso que a triticultura poderá ser a alavanca da economia do Estado do Paraná, quando pudermos produzir com grande facilidade produtos de exportação, dando um grande lucro ao nosso País e oportunidade de trabalho a muita gente no Estado do Paraná.

Neste fim de semana em que estive ausente desta Assembléia, estive visitando o Sul do nosso Estado. Que tristeza, que melancolia! As lavouras sendo substituídas pela produção de fumo. Procurei uma casa de comércio ou em várias casas comerciais, uma garrafa de leite à título de curiosidade apenas, e, em nenhuma delas havia uma garrafa de leite e, na última, encontrei um pacote de leite vindo da Castrolândia, para ser vendido no interior do nosso Estado. Mes, ali estão as estufas de fumo. Eu perguntaria aos srs. Deputados: — Estará isto correto ou estará faltando uma orientação especialmente à zona Sul do nosso Estado? Conversei com velhos lavradores e perguntei o que é da produção de mel, pois nosso Estado foi o primeiro produtor de mel, com grande tonelagem; disseram-me que não existe mais sequer um apiário no Sul devido a cultura do fumo. O gado está esmorecendo e morrendo de fome. Não se sabe, talvez por infestação termitótica. Os jovens abandonam a área e vão à procura de trabalho na cidade. Fica o lavrador menos categorizado e aquele que tem condições de auto-suficiência nas lavouras. É um quadro que precisa ser observado pelo Governador do Paraná. É ne-

cessário que o sr. Governador viaje por esta região; que ele sinta esta realidade do Sul do Estado do Paraná, esvaziada, empobrecida com as terras superadas com sua topografia difícil.

Não venho fazer aqui política de pioneirismo, mas sim chamar a atenção dos responsáveis pelo nosso Estado, para esta região de produção de trigo e que hoje está superada e empobrecida.

O sr. Sebastião Rodrigues — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento) Deputado Nivaldo Krüger, V.Exa. como estudioso da matéria, deve saber que é muito complexo o problema do trigo. Existe, inclusive, diversidade de opinião acerca da conveniência de se estimular a triticultura em nosso País. Entendem muitos que mais econômico seria a importação do produto e a utilização das áreas que vêm sendo utilizadas para o plantio do trigo, para a produção de outros cereais. Apenas cito o exemplo para demonstrar a complexidade da matéria. Não me sinto em condições de opinar tecnicamente sobre o assunto. Gostaria entretanto de ressaltar no discurso de V.Exa. o aspecto da semente selecionada. Este sim eu senti durante muitos anos, financiando os produtores de trigo da minha região.

As Cooperativas do Sudoeste do Paraná se deslocam anualmente para o Rio Grande do Sul a fim de buscar a semente para o plantio; e uma semente que naquele Estado vinha apresentando bons resultados, submetida ao plantio aqui no Paraná não apresentava a mesma produtividade. Isto ficou comprovado durante anos de experiência. Torna-se necessário alguns testes; que se produza algum tipo de semente adaptada às condições do nosso Estado. E, isto que está faltando; e que a Secretaria de Agricultura deve providenciar. Acresce notar que quando o Estado se encarregou de trazer aquelas sementes para o plantio no Paraná, além dos problemas naturais da transposição; o Estado criou outros. Houve um ano em que o Estado comprou quantidade imensa de semente, submeteu-a a um processo de secagem totalmente falho, reduzindo seu poder de germinação em 40%. Os lavradores que compraram esta semente tiveram sérios prejuízos pela forma como o Estado tratou o produto que lhe fora vendido para plantio. No entanto vejo com bons olhos o esforço do órgão estadual que vem tentando, através de Estações Experimentais, produzir sementes adaptadas ao solo paranaense. Mas é preciso que isso seja feito em maior escala para poder atender às necessidades de plantio. Destaco este aspecto porque citou muito bem o deputado Armando Queiroz, de que o preço do trigo é compensador, o que não compensa é a produção. Porque o triticultor está arcando além das adversidades naturais com o ônus de sementes de qualidade inferior.

Com tantos problemas, o preço pago não compensa as despesas com o plantio. Louvo a atenção que V.Exa. dedica à matéria e vejo que no último anos anteriores. É preciso que o Governo atente para este aspecto para que não voltemos ao passado quando a triticultura era conhecida como triste-cultura e os triticultores como tristecultores. Obrigado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V.Exa. que ressalta um aspecto que entendo ser do interesse de todos os Deputados. Segundo estudos executados pela FECOTRIGO, 25% deve ser aplicado em fertilizantes, o que é desnecessário no Norte do Paraná, onde, portanto, o lucro poderá ser maior. Mas V.Exa. falava em produtividade. A Argentina levou 50 anos para elevar a produtividade de sua cultura de trigo de 600 quilos por hectare para 1.200.

Estamos obtendo uma produtividade boa e conseguimos isto com as experiências já feitas na Argentina, Estados Unidos e outros países. Estamos a apenas 60 ou 70 quilos do nível de produtividade conseguido em outros países. Elevamos a produtividade graças à elevação que é consequência de pesquisas e aplicação de conhecimentos técnicos experimentados em outros setores.

O aspecto mais grave é que estamos na iminência de ver o trigo reduzido no Sul, e isto é que me preocupa e espero que seja compreendido pelos srs. Deputados, como homem que vem dessa área, como representante político daquela região. Não posso, de forma alguma, deixar de me preocupar com esse

problema. Acho fantástico que se abra a produção tritícola do Norte do Paraná, mas é necessário que o Governo atente para a realidade ecológica de cada região. Uma tem uma característica, outra tem outra.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, cumprimento V. Exa. pela objetividade do discurso que faz, analisando o problema que envolve interesses dos triticultores. Nosso País até há alguns anos não produzia sequer 1/3 do necessário para o consumo interno, já possui uma produção que ultrapassa a 50% das necessidades do consumo interno. V. Exa. foi honesto nas afirmações, quando se referiu às facilidades do financiamento creditício através do Banco do Brasil, principalmente, e nesta nova forma de comercialização que está garantindo colocação imediata a um preço mínimo que para mim é razoavelmente compensador, embora não seja ainda o ideal.

Mas, nobre Deputado, o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues quando apartou V. Exa., me fez lembrar de uma das discussões que mantive há alguns anos atrás. Realmente, o Governo Federal, não o atual mas os anteriores, se debatiam com o dilema: Se convinha para a economia nacional aplicar recursos no desenvolvimento da cultura tritícola no País, ou não, porque nos acordos internacionais o trigo era importado e o valor correspondente ao pagamento da importação era retido pelo Governo brasileiro, a um prazo de 40 anos, cuja importância era aplicada no setor habitacional, no setor de saneamento e outros, através de acordo internacionais, que chegaram a impressionar o Governo Federal, sobre a conveniência da importação do trigo, porque no acordo também se estabeleciam cotas de exportação de determinados produtos primários, que não tinham colocação no mercado externo e, em função do acordo do trigo, passaram a ter mercado externo. Pretendo, neste meu aparte, e peço a V. Exa. que perdoe a pobreza de meus argumentos, dizer que o Governo Revolucionário fez muito em favor da triticultura brasileira. Fez bastante, nobre Deputado, porque meu Município sede, Pato Branco, muito embora tenha tão somente 19% de terra considerada plana, para um índice de 45% considerada mecanizável, os nossos agricultores, os mais abastados, os comerciantes e industriais, partiram para a agricultura, estimulados pelas facilidades creditícias concedidas pelo Banco do Brasil, que financia o destoque, a aração, a semente, o adubo, considerando ainda, o preço compensador, melhor que a atividade comercial e industrial.

Quero crer, nobre Deputado, que ainda falta ao Governo, e V. Exa. tem razão, disseminar mais os campos de experimentação agrícola. Em Pato Branco, so agora o Ministério está começando, através do Departamento de Produção Vegetal, um campo de experimentação e lá se está fazendo experiência com sementes do Rio Grande do Sul, principalmente porque estamos aplicando apenas uma variedade, hoje já superada pelo nosso clima. Quero crer que o alerta que V. Exa. está dando da Tribuna, se tiver a capacidade de sensibilizar o sr. Secretário da Agricultura para que ele atente para a importância que tem a semente de alto teor germinativo, isso só, bastaria para que nós estivéssemos compensados, pelo trabalho que V. Exa., em nome desta Casa, faz e hoje traz ao nosso conhecimento.

Tivemos, há quatro anos atrás e o Deputado Sebastião Rodrigues também conhece o fato, a venda de sementes na região cujo teor germinativo não atingiu 20%. Os agricultores não tiveram ressarcimento do prejuízo. Além do prejuízo do dinheiro empregado na aquisição das sementes, houve o do preço da aração, enfim houve o prejuízo total porque estava fora de época o novo plantio.

Agora já está havendo um pouco de cuidado e se as autoridades tomarem interesse, como deseja V. Exa., quero crer que a triticultura passará a ser praticamente a primeira fonte de riqueza da nossa região Sudoeste paranaense.

O SR. NIVALDO KRUGER — Agradeço o aparte de V. Exa. porém, parece que houve um pequeno equívoco de sua parte com relação aos núme-

ros que, às vezes, são confundíveis. Esse levantamento feito pela Federação do Trigo que congrega as Cooperativas de Trigo deixou claro que entre os vários problemas o principal é a produção de sementes de primeira linhagem, de alta capacidade que resista as pragas, as ferrugens e ao clima. Com relação a isto quero fazer justiça a um trabalho, iniciado agora, do Instituto do Trigo do Paraná, se não me engano este é o nome.

No meu entender, há necessidade do Estado entrar enêrgicamente neste setor, esquecer velhos métodos, já superados, e partir para as regiões onde tipificação de sementes mostrando ao lavrador o que pode ser feito neste há possibilidade do desenvolvimento desta atividade, com campo de mulsentido.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Asesntimeno).

Não há dúvida alguma que o assunto merece ser discutido, é importante e traz interesse.

Gostaria de demanstrar um fato já que V. Exa. analisa o problema do trigo no Sul e Centro Oeste.

Na minha região temos as famosas terras roxas. No entanto, os homens que estão se dedicando ao plantio de algodão, trigo e soja chegaram à conclusão que precisam se valer da técnica, precisam corrigir o solo. O solo é extraordinário para o plantio de determinada lavoura, como o café, mas deve ser adubado e corrigido para o plantio do trigo e da soja para que a produção seja elevada. Dai porque ele tem que fazer uso da técnica e daquilo que melhor se aconselha para esta lavoura. Quero destacar um fato para ver como é importante isto.

Há questão de vinte dias, visitando Marechal Rondon, não conhecia aquela cidade, notei que suas terras eram roxas, terras extraordinárias. Naquela ocasião realizava-se lá uma festa em uma Cooperativa. Lá se encontravam o sr. Secretário da Agricultura, representantes da Café do Paraná, Banco do Brasil, do BRDE, Presidente da Acarpa, enfim inúmeras atividades. Assisti esse fato. Lá existem os grupos organizados que no meio de uma solenidade, premiavam um rapaz que havia conseguido melhor produção em determinada lavoura.

Então, eu verifiquei naquela terra, sem técnica, sem auxílio de adubos, embora sendo férteis, eles colhiam em média, 100, 120, até 150 sacas por alqueire e este jovem estava sendo premiado porque alcançou uma melhor produção.

Ele estava colhendo quatrocentas sacas de milho. Verifica-se, portanto, como deve ser visto este problema, porque não basta a terra ser fértil, ela precisa ser corrigida para que se consiga como aconteceu lá em Marechal Cândido Rondon, um aumento tão grande na produção, para que se possa pagar aquilo que achamos justo, como adubo, inseticida, etc.

E porisso, necessário, que se cuide do problema seriamente e com muita atenção, com muita orientação. E eu não sei no caso específico, de onde provem as sementes para a nossa lavoura. Leio pelos jornais, que um pouco vem do Rio Grande, um pouco de Sta. Catarina, sei lá. Mas, o que é preciso realmente, no Paraná, é um instituto agrônomo à altura da pujança da nossa agricultura, e nós não temos. É uma carência que se nota a todo o instante. E quando a coisa aperta então eles correm em busca de conselhos e orientações para solucionar o problema.

É um assunto palpitante, e o Governo do Estado, o Governo Federal, todos eles, têm que olhar para isto, dotando o Paraná de um órgão que venha dar condições técnicas suficientes, para pesquisas e análises, a fim de poder oferecer condições melhores a nossa lavoura. Era o aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agrdaço o aparte.

Realmente, a aplicação de alguns fertilizantes, em áreas fertilíssimas redunda em resultados muito altos.

Quanto ao Instituto Agrônomo do Paraná, se não me engano, foi criado no Estado do Paraná, mas até hoje, parece que só ficou no papel.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero, inicialmente, congratular-me com V. Exa., quando aborda assuntos de tão magna importância para o nosso Estado.

Não entrarei mais no mérito do problema da agricultura, porque já fôra altamente debatido por V. Exa., através dos deputados Sebastião Rodrigues, Armando Queiroz, Ivo Tomazoni, mas com relação à visita que V. Exa. fez no Sul do Estado, especialmente na minha região, quero dizer a V. Exa. que concordo com V. Exa. em parte, com relação ao desânimo, ao desestímulo do povo daquela região.

V. Exa. há de convir comigo, de que as condições do terreno daquela região...

O SR. NIVALDO KRÜGGER — Exatamente, são difíceis.

O Sr. João Mansur — ... são difíceis. Nós estamos ainda naquela agricultura rudimentar e não se poderia em hipótese nenhuma sair, porque neste terreno não tem condições de mecanização, terras cansadas, através dos anos.

Agora, o que eu quero dizer a V. Exa., nós estamos procurando por todas as formas e meios, soluções para aquela região, temos procurado, V. Exa. não desconhece, que existe nesta cidade, um grupo de homens bem intencionados, que tudo tem feito para promover aquela região, e mantendo as suas indústrias até com prejuízo, a fim de dar condições de trabalho ao homem que luta no Sul do Paraná.

E ainda há pouco tempo, na ânsia de levar uma indústria pesada, a nossa região procurou, por todos os meios e modos, através de pesquisas, implantar naquela região uma fábrica de cimento. Infelizmente não apresentou condições necessárias e nós estamos implantando hoje aqui no Município de Campo Largo, uma fábrica, que era nosso desejo, nossa vontade de levar para a nossa região a fim de dar melhores condições aos homens que lá lutam, que lá sofrem, e substituindo devagar os homens que estão morrendo na agricultura, uma agricultura que, através dos anos vem se definhando dia a dia. Agora, nobre Deputado, o que eu não concordo com V. Exa., não talvez esteja eu mal informado, é com relação a estória do leite que V. Exa. contou aí, porque a informação que eu tenho é bem diferente desta, que V. Exa. trouxe ao conhecimento desta Casa. Agora organizamos uma Cooperativa em Irati, Lacto Sul e era nossa intenção levar para lá uma usina para industrialização do leite, para sobra do leite que existe naquela região, mas em face da demora e do vulto do empreendimento, nós nos associamos a esta Cooperativa Agrícola de Carambei. Hoje está sendo constituída na minha região, um posto de recolhimento e resfriamento do excesso de leite, excesso que vai até oito mil litros diários e que esperamos elevar agora para 20 mil litros a produção em associação com esta Cooperativa de Carambei. De modo que quando V. Exa. trouxe ao conhecimento desta Casa que percorreu a zona Sul e não encontrou um litro de leite e sim um pacote de leite em pó, eu fico surpreso porque é diferente das informações que eu tenho e das medidas que nós estamos tomando. Já organizamos esta Cooperativa, que se chama Lacto-Sul, esta Cooperativa é justamente para poder dar vasão à sobra do leite que existe nesta região. Quero congratular-me com o interesse que V. Exa. vem demonstrando pela nossa região, que realmente vem sofrendo no setor da agricultura.

O SR. NIVALDO KRÜGGER — Deputado João Mansur, eu conheço o esforço de V. Exa., de longos anos, em prol do desenvolvimento da região de V. Exa., tanto como homem público, procurando levar para aquela região, tudo que pode ser obtido, como também nas atividades privadas. V. Exa. é um grande empresário, com grande amor à sua terra e à sua gente. Tem procurado investir naquela região e o povo da região reconhece isto.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para terminar.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado. Quero, nesta oportunidade, dizer ainda, ilustre deputado João Mansur, que a zona que visitei é de São Mateus para baixo, é zona de Marechal Mallet, é zona de Paulo Frontin, Rio Azul e ali, realmente, nós encontramos leite em pacote, vindo de Carambei

para ser vendido naquela região. Fiz esta citação para dar um exemplo, apenas a citação do leite e do mel, para dar um exemplo de como está aquela zona em termos de produção. Agradeço a atenção desta Casa, agradeço os apportes dos ilustres deputados e proponho, finalmente, que se convide o Professor Adi, Ruy Adi da Silva, Coordenador do Conselho Nacional de Pesquisa do Trigo, a maior autoridade em assuntos tritícolas deste País. A vinda dele ao Paraná será de grande utilidade e propiciará oportunidade a todos nós, não só a nós como também aqueles que se aplicam nas atividades tritícolas, de tomar conhecimento do que há de mais moderno para o desenvolvimento desta atividade e, portanto, da grandeza de nossa Pátria. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Antes de se passar à apreciação da matéria da Ordem do Dia, solicito ao Sr. 1.º Secretário a leitura do Expediente que se encontra sobre a Mesa.

(O Sr. 1.º Secretário lê o Expediente)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa aos Srs. Deputados que recebeu a visita do Sr. Secretário de Educação e Cultura, oportunidade em que Sua Exa. mais detalhadamente, disse da finalidade e significação da palestra que se propõe a fazer.

Considerando que a reforma do Ensino é assunto da mais elevada relevância e do mais alto interesse coletivo; considerando, ainda mais, que quaisquer orientações e esclarecimentos a respeito da reforma a ser implantada interessa, sobremaneira, a esta Casa e seus integrantes, acedeu a Mesa à solicitação do Sr. Secretário de Educação e decidiu dar caráter especial à Sessão Plenária do dia 18 do corrente, destinando-a à palestra que o Sr. Haroldo Souto Carvalhido, seguindo a orientação do Ministério da Educação e Cultura, fará sobre a reforma do Ensino a ser implantada a partir de 1.972.

A Mesa informa que a palestra versará exclusivamente sobre o tema "Reforma do Ensino", propondo-se o Sr. Secretário a responder a perguntas que, sobre o assunto, forem apresentadas antecipadamente. Assim, os Srs. Deputados que desejarem formular perguntas sobre a reforma do Ensino, devem encaminhá-las à Mesa, por escrito, até segunda-feira próxima, dia 16.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/70, de autoria do dep. Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00 a Dolores Vieira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 236/70, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraí do Sul, um terreno urbano de 12.440,50 m², na forma e como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82/71, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Estadual no Município de Palotina, para funcionar a partir do ano em curso. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **COM SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado pelo substitutivo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/70, de autoria do dep. David Federmann, que dá nova redação ao art. 2.º, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1.968, que dispõe sobre o Estatuto do Ministério Público. — **Parecer favorável da C.C.J.**

Ao referido projeto foi apresentada emenda em autoria do sr. Deputado Muggiati Filho, nos seguintes termos: (Lê)

**EMENDA MODIFICATIVA
AO PROJETO DE LEI N. 161/70**

O artigo 1.º do Projeto de Lei n.º 161/70, que dá nova redação ao art. 2.º, da Lei n. 5.849, de 25 de setembro de 1968 — Estatuto do Ministério Público, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a modificar o artigo 2.º, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968 — Estatuto do Ministério Público, no sentido de elevar para três (3) o número de promotores de justiça da Comarca de Ponta Grossa”.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1971.

(a) Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA: — O projeto visa tomar iniciativa na criação e extinção de cargos de promotores de justiça. Assim, pretende elevar o número de Representantes do Ministério Público em Ponta Grossa, elevando-o de dois para três. A um só tempo, porém, pelo mesmo dispositivo se pretende reduzir o número de promotores públicos nas comarcas de Londrina, Guarapuava, Maringá e Paranaguá, entre outras.

A idéia de criar mais uma promotoria na prestigiosa Comarca de Ponta Grossa é, sem sombra de dúvida, plausível. Para tanto, não parece oportuno extinguir outros cargos idênticos doutras não menos importantes Comarcas como as que são feridas pelo Projeto.

A mesma idéia, entretanto, só poderia vicejar por outra forma, ou seja, através de uma lei autorizatória ou mediante indicação ao Poder Executivo, visto que a iniciativa das leis que criem cargos públicos é da competência exclusiva do Governador. Como o é do Presidente da República, na esfera federal (art. 57, II, C.F.).

A Carta Estadual nada mais fez do que repetir o texto, em seu artigo 25, parágrafo primeiro:

“É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que:

.....
b — criem cargos, funções ou empregos públicos, ou aumentem vencimentos com a despesa pública”

Assim, a presente emenda nada mais visa do que propiciar a criação de uma terceira promotoria de justiça em Ponta Grossa, sem pretender extinguir qualquer outra, mesmo porque as Comarcas de Curitiba, Londrina, Maringá, Guarapuava, Apucarana, Paranavai, Paranaguá e outras que contam mais de um promotor de justiça, todas preenchidas por titulares vitalícios, têm sobrecarga de serviços a justificar sua existência, sendo esta garantida, ainda, pela própria Constituição.

O que realmente existe é a necessidade de mais promotores em muitas outras comarcas, além das referidas. A extinção de cargos no Ministério Público, sobre ser ilegal, somente poderia redundar em prejuízo do próprio Estado, na distribuição da Justiça. Daí, pois, procurar a emenda excluir do Projeto de Lei n. 161/70 qualquer extinção de cargo do Ministério Público.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1971.

Deputado Muggiati Filho

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando retirada e consequente arquivamento do Projeto de Lei n.º 161/70. Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, embora tenhamos relativo interesse na retirada do Projeto, e a Emenda que apresentamos tenha sido ditado por ordem constitucional, entendemos que não há quorum para a votação da retirada do Projeto. É um caso especial em que a matéria é regulada pelo Artigo 134, § 3.º, que exige maioria absoluta de presença.

Esta é minha opinião e, embora haja número para funcionar, quer me parecer que não existe para a votação da matéria.

Requeiro, portanto, verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita ao sr. 1.º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Estão presentes 24 srs. Deputados. A Mesa esclarece ao Deputado Muggiati Filho que há quorum para a votação.

Está em votação o requerimento do Deputado David Federmann. — **Aprovado.** Conseqüentemente, arquivados o Projeto e Emenda.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192/70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a denominar “Branca Fernandes”, um dos Estabelecimentos de Ensino de Maringá. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 192/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar “Branca Fernandes” um dos estabelecimentos estaduais de ensino na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de agosto de 1.970.

a) Túlio Vargas — Dep. Estadual.

JUSTIFICATIVA:

Dona Branca Fernandes, de saudosa memória, destacou-se na sociedade maringaense pelos seus dotes excepcionais de bondade e amor ao próximo, qualidades que a levaram à realização de muitas obras de benemerência em Maringá.

O seu falecimento, ocorrido tragicamente, cumpunha a sociedade local, sendo de justiça reverenciar-lhe a memória, pelo muito que fez em prol dos menos favorecidos pela sorte, daquele município.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a denominar “Branca Fernandes”, um dos estabelecimentos de ensino de Maringá.

I — É medida autorizativa.

II — Não fere preceito legal ou Constitucional.

Pela Aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Gilberto Carvalho

Odilon Reinhardt

Sebastião Rodrigues Júnior

Armando Queiroz

Acyr José

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 192/70

I — De autoria do ex-deputado Túlio Vargas, autoriza o Poder Executivo a denominar “Branca Fernandes”, um dos estabelecimentos estaduais de ensino na cidade de Maringá.

II — O autor do projeto pretende reverenciar a memória daquela que deslucou-se na sociedade de Maringá, por seus dotes de bondade e amor ao próximo, realizando inúmeras obras de benemerência em favor dos menos favorecidos pela sorte.

III — Nosso parecer é pela **Aprovação**.

Salá das Comissões, em de maio de 1.971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

Acyr José

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Pedro Donde. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando os seguintes votos de pesar: a família do sr. João Schiavinatto e a família do sr. Adelardo Pereira da Silva. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Maciel, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 32/69 — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 237-70 e 21-71. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, de sessão anterior, solicitando seja formada uma Comissão de srs. Deputados para representar esta Casa no lançamento da Pedra Fundamental da Escola Superior de Agronomia de Bandeirantes. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa do discurso pronunciado pelo sr. Presidente da República, por ocasião do encontro que o mesmo realizou com o sr. Presidente da Colômbia. — **Aprovado**. — (O discurso a ser transcrito, acha-se contido no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outro para amanhã, dia 11, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 237/70, 21/71;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192/70;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 31/71 e de Resolução n.º 15/71.

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO MANSUR, NA SESSÃO DE 11 DE AGOSTO DE 1.971.

MÉDICI:

BRASIL QUER VIZINHOS PRÓSPEROS

LETÍCIA. — (AJB-GP) — Os presidentes Garrastazu Médici do Brasil e Misael Pastrana Borrero, encontraram-se ontem na cidade colombiana de Letícia onde assinaram declaração conjunta ratificando os termos da declaração assinada a oito de junho deste ano pelos ministros das Relações Exteriores dos dois países. Em seus discursos os dois presidentes chamaram atenção ao fato de ser este o primeiro encontro de chefes de Estado dos dois países. O comércio de café, a cooperação interamericana e o desenvolvimento da Amazônia foram pontos comuns das falas dos chefes de Estado. O presidente Médici deixou claro que o Brasil não está buscando a hegemonia política e que quer vizinhos prósperos estando disposto a lutar para o progresso dos povos. Defendeu ainda o mar das 200 milhas e a cooperação na comercializa-

ção do café. Propôs que técnicos, brasileiro e colombianos se unissem para trabalhar pelo desenvolvimento da Amazônia e anunciou a construção de novas estradas que facilitarão a comunicação com o país amigo.

Em seu discurso o presidente da Colômbia Misael Pastrana Borrero destacou ser este o primeiro encontro de presidentes do Brasil e Colômbia e afirmou que o futuro da América Latina está subordinado a seu próprio esforço sendo necessário que ela saia do seu tradicional isolacionismo para marcar sua presença entre os povos.

O comércio exterior também foi focalizado na fala de Pastrana Borrero que destacou que os países latino-americanos estão exportando cada vez mais e recebendo cada vez menos divisas. Defendeu também a colaboração do Brasil para resolver problemas da comercialização do café e do desenvolvimento da Amazônia.

O presidente Médici depois de ter pernoitado em Manaus dirigiu-se ontem de manhã para a cidade de Tabatinga, na fronteira do Amazonas com a Colômbia, onde fez breve visita à sede do Comando de Fronteira do Solimões, foi apresentado aos oficiais e ouviu exposição sobre a vida e os problemas da colônia militar feita pelo seu comandante. Em seguida o general Médici e sua comitiva, a bordo da corveta Iguatemi deslocaram-se para a cidade colombiana de Letícia.

Durante o percurso, no rio Solimões, em frente a Vila do Marco, houve o encontro da corveta brasileira com a canhoneira que conduzia o chefe de Estado colombiano quando foram prestadas as continências de estilo dirigindo-se após as belonaves para Letícia.

DISCURSO

É o seguinte na íntegra o discurso do presidente Médici, em Letícia:—

“Senhor presidente:

Estar em terra colombiana é para mim, tanto um privilégio quanto o cumprimento de antiga aspiração. Mas estar em terra colombiana precisamente hoje, quando se comemora a festa libertadora da ponte Boyaca, aumenta, de modo particular, a minha profunda satisfação pois que isso me proporciona a grata oportunidade de participar da grande festa nacional deste nobre povo, junto com o seu ilustre presidente, que ora vê transcorrer o primeiro aniversário do seu fecundo mandato.

É singular, na verdade, como observa vossa excelência que não obstante a imensa fronteira que une nossas pátrias e, não obstante, ainda, a sólida amizade jamais estremecida ao longo de vários séculos entre os nossos países seja este o primeiro encontro dos chefes de Estado da Colômbia e do Brasil.

Assume por conseguinte peculiar significado o encontro que agora se efetua nesta cidade fronteiriça em pleno coração de um continente ainda jovem onde o porvir é cheio de promessa para as relações que, em meio a inquietação do século procuram edificar cidade política, na qual a ordem e a tranquilidade sociais se forjem sob a inspiração da justiça.

Está encerrada, sem dúvida no plano terrestre a era dos terrenos vagos, dos territórios livres, dos lugares que a nenhum poder soberano se sujeitem. Sob esse ponto de vista é certo que para nós a época do mundo finito não se iniciou ainda, para nós dentro das nossas fronteiras onde vastas regiões continuam a desafiar a tempera desbravadora com que no passado a nossa gente vadeou rios, transpôs montanhas, percorreu vales sem fim para estabelecer nos pontos mais remotos novos centros de civilização.

Não é menos firme, porém que é dos nossos maiores a disposição de ânimo com que nos consagramos, cada qual em seu país à integração na comunidade nacional das regiões despovoadas, entre as quais notadamente as situadas na Amazônica. Mova-nos sobretudo a essa tarefa gigantesca o propósito de valorizar e desenvolver tais regiões como partes, que devem ser de um complexo equilibrado e coeso. Também nos move a esse empreendimento o imperativo de fazer da Amazônia ponto de enlace e comunhão entre os povos que nela vivam, bem como o dever indeclinável de levar aos seus habitantes o amparo material e moral a que fazem jus.

Essa obra ciclópica, fascinante e inadiável absorverá as energias de gerações sucessivas e exigirá continuada prioridade nos programas governamentais, reclamando, além disso imaginação criadora e capacidade de adaptação acircunstâncias novas no tocante as quais não se ajustam conceitos ou técnicas ideadas para situações diferentes. A cooperação entre as nações que se inserem nesse quadro fisiográfico é indispensável ademais para evitar erros desperdícios de esforços e frustrações. Estamos senhor presidente, construindo um país que, sem romper as linhas fundamentais de sua tradição cultural utiliza os instrumentos do presente, não para prolongar obstinadamente o passado, mas para solver com os olhos postos no futuro os problemas que propõe o nosso tempo. As reformas que empreendemos nos mais diversos setores da vida nacional, não são diversas pelo espírito que as impulsiona das que se promovem nas demais nações onde não se esquece como não esquece o grande país irmão a que vossa excelência tão superiormente preside que o homem é princípio e fim de toda a organização política.

Estimulando, assim com decisão e pertinácia como fazemos o crescimento da economia só desejamos criar os bens indispensáveis para elevar pela sua adequada e justa distribuição o nível de vida do povo oferecendo a todos e a cada um os meios de que necessitam para modelar o próprio destino segundo a sua capacidade.

Longe de nós está portanto a idéia de conquistar pelo empenho que colocamos em promover o desenvolvimento nacional qualquer tipo de hegemonia política rejeitando como temos feito ao situar a nossa posição no plano do direito das gentes, a divisão do mundo em esferas de influência. Não poderíamos sem infidelidade a esse postulado pretender qualquer espécie de primado sobre qualquer outra nação. Nossa atuação internacional se desdobra destarte dentro desse princípio em clima de mais fraterna solidariedade para com as demais nações especialmente com as que compõem a comunidade americana. O Brasil quer vizinhos prósperos e está disposto a cerrar fileira na luta comum pelo progresso a que tem direito os nossos povos. Nessa filosofia de afirmação do interesse nacional dentro da ordem jurídica se enquadra a recente decisão de estender o mar territorial brasileiro até a largura de duzentas milhas. Ao assim proceder não só exercitamos faculdade que deriva da nossa soberania mas cumprimos ainda o dever de preservar para os brasileiros a utilização racional das riquezas que se encontram nessa faixa marítima nela incluído o seu solo e subsolo.

Respeitamos a posição dos países que, em virtude da peculiaridade de suas condições geográficas adotaram outras fórmulas também no exercício sua soberania e das faculdades asseguradas pelo direito internacional. Conforta-nos, sobremaneira, que a Colômbia haja reconhecido a legitimidade do ato praticado, nesse particular pelo Brasil.

Tratando-se de países de idêntica formação jurídica e tão larga tradição de solidariedade é natural que sempre tenha sido exemplar a cooperação que nos prestamos na defesa de causas relevantes. Está nesse caso a luta pela transformação da injusta estrutura do comércio internacional, pela garantia de condições para o fortalecimento de nossas marinhas mercantes; pelo acesso, em termos não onerosos à tecnologia originária das nações desenvolvidas e pela obtenção de recursos financeiros internacionais em volume e condições adequadas à complementação do esforço pelo desenvolvimento".

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINARIA

ATA DA 14a. REUNIÃO ORDINARIA

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão, presentes os Senhores Deputados: José Muggiati Filho, Igo Losso,

Arthur de Souza, Cândido Manoel, Sebastião Rodrigues Júnior, Acyr José, Gilberto Carvalho, e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardino de Camargo. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — **PROJETO DE LEI N.º 53/71**, de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza. Transfere a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira, pela Lei 1.897, de 6.5.54, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — **PROJETO DE LEI N.º 64/71**, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Dispensa das funções, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens durante o curso, funcionários públicos civis e militares, quando matriculados na Escola Superior de Guerra. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — **PROJETO DE LEI N.º 81/71**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Casa Maternal Evangélica de Maringá. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — **PROJETO DE LEI N.º 152/70**, de autoria do Senhor Deputado José Alencar Furtado. Autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de Paranavaí, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, sob regime de fundação, e dá outras providências. Relator deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 5) — **PROJETO DE LEI N.º 171/70**, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, em Telêmaco Borba, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 177/70**, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Autoriza o Poder Executivo criar um Colégio Comercial Estadual em Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável com emenda substitutiva. Voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 187/70**, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede em Guaraniáçu, e jurisdição nos municípios que especifica. Relator Deputado Cândido Manoel. Parecer: contrário conforme informação prestada pela SEC. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 199/70**, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, em Mamborê, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 204/70**, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Autoriza o Poder Executivo instituir a Fundação Educacional Faculdade de Ciências Econômicas, na sede do Município de Assaí, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 214/70**, de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Secundário em Curiúva. Relator deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do deputado Cândido Manoel. Aprovado. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 217/70**, de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas. Autoriza o Poder Executivo criar um Curso Colegial, em Mandaguáçu, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 12) — **PROJETO DE LEI N.º 220/70**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Mariluz. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 13) — **PROJETO DE LEI N.º 244/70**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em Adrianópolis. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 14) — **PROJETO DE LEI N.º 246/70**, de autoria do Senhor Deputado Olívio Belich. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual em Estação Platina, distrito de Santo Antônio da Platina, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 15) — **PROJETO DE LEI N.º 252/70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria um

Ginásio Estadual em Santo Antônio do Caiuá. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 16) — **PROJETO DE LEI N.º 255/70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria uma Escola Comercial em Tamboara. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 17) — **PROJETO DE LEI N.º 256/70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria uma Escola Comercial em Itauna do Sul. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 18) — **PROJETO DE LEI N.º 273/70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria o Ginásio Estadual em Perobal, distrito e Umuarama. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 19) — **PROJETO DE LEI N.º 290/70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria a Escola Normal de Itambaracá para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 20) — **PROJETO DE LEI N.º 471/70**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Cria em Loanda, Curso Científico para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Voto vencido do Deputado Cândido Manoel. Aprovado. 21) — **PROPOSIÇÃO N.º 24/71**, de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz. Solicita devolução de importância descontada de seus vencimentos baseando-se em exposição de motivos anexa. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: requer seja convertido em diligência junto ao Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal desta Assembléia. Deferido. 22) — **PROPOSIÇÃO N.º 36/70**, de autoria da Companhia Paranaense de Saneamento, ofício n.º 250/70, encaminhando um exemplar do Relatório da Diretoria, Balanços e Demonstrações relativos ao ano de 1969. Parecer do deputado relator Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: contrário, seja encaminhado ao arquivo. Aprovado. 23) — **PROPOSIÇÃO N.º 80/70**, de autoria da Câmara Municipal de Londrina, solicitando revogação do parágrafo único do artigo 10, da Constituição Estadual. Relator Deputado Arthur de Souza. Parecer: no sentido de que seja convertida em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme por todos os membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.

aa) Dep. Wilson Brandão — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

Ata da 3.ª Reunião Ordinária

Aos cinco dias do mês de agosto de hum mil novecentos e setenta e um, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Lázaro Dumont, presentes os Senhores Deputados Borsari Netto, Antonio dos Santos Maciel, Gilberto Carvalho e Hélio Manfrinato, havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a ata da sessão anterior pelo senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do Expediente, passou-se de imediato à ORDEM DO DIA: — **PROJETO DE LEI N.º 94-89** — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Pirai do Sul, para construção e pavimentação da via de acesso da Sede do Município a Rodovia P.R. 11, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favoravelmente aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 71/70** — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que autoriza o P.E. celebrar, através do D.E.R., convênio com

o Município de Atalaia, para construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Pirapó, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 139/70 — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que autoriza o P.E. celebrar convênio com o Município de Maringá, para implantação dos serviços de pavimentação da estrada que liga Maringá-Velho a Rodovia P.R. 13. Relator: Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 201-70 — de autoria do senhor Deputado João Mansur, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, as estradas São Mateus-Rebouças e Fluiópolis-Rio Claro do Sul-Mallet, relator Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — Aprovado. — Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente.

(aa) **Lázaro Dumont**

Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 7.ª LEGISLATURA

Ata da 3.ª Reunião Extraordinária

Aos nove dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Wilson Brandão e presentes os Senhores Deputados Acyr José, Odilon Reinhardt, Armando Queiroz, Arthur de Souza e Gilberto Carvalho. — Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: — 1) PROPOSIÇÃO N.º 58-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 20-71, encaminhando cópia de convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União, através do Ministério de Transportes, visando construção, transferência de acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. — Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente, Deputado Wilson Brandão.

(aa) **Wilson Brandão**

Presidente

Rita Celestino Soares — Secretária

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 120.^a Sessão Ordinária

Realizada em 11 Agosto de 1971 — (4.^a Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora regimental, é registada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aginaldo Pereira Lima, Avaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fuet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os srs. Deputados Cândido Martins de Oliveira, David Federman e João Fadel (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente, declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte:
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n. 88-71 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver, em data de 22 do mês próximo passado, sancionado o Projeto de Lei n. 54-71:

Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazú Medici, o qual, convertido em Lei, tomou o n. 6.208. — Agradeça-se.

Sob os ns. 85 e 86-71, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei ns.:
104-70:

Do Senhor Ex-Deputado Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 208.ª Sessão Ordinária
Realizada em 10 de Novembro de 1971 - (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Criosótopo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga, Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Cândido Martins de Oliveira, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Maurício Fruet, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMILIO CARAZAI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito de V. Exa. que mande proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, requerida pelo Sr. Deputado Emílio Carazzai.

(E feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 28 Srs. Deputados. Há número regimental para prosseguimento da sessão.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, Requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pelo transcurso do 24.º aniversário do tradicional Município de Pôrto Amazonas, ocorrido em data de ontem.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da de.

cisão da Casa ao Prefeito daquela cidade e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, contendo novamente nosso apelo no sentido de se autorizar o DER a fazer urgentes reparos na estrada que demanda de União da Vitória ao Sudoeste, passando por General Carneiro, Palmas, Clevelândia, estrada esta que com a abertura do trânsito pela BR-476 de União da Vitória e esta Capital, acarretara um grande movimento nessa rodovia.

O apelo que nos referimos é motivado pelo total abandono em que se encontra a aludida estrada, a qual atende a uma grande região não só do nosso Estado como de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios de Viação e Obras Públicas, no sentido de que, através do Departamento de Edificações do Estado, seja feita uma reforma nas escolas rurais dos Municípios de União da Vitória, Cruz Machado, Sul Turuna, General Carneiro, Porto Vitória, Fátima Freixas, Fátima Fronum, Fátima e Clevelândia, pois as mesmas não vêm atendendo às suas demandas em virtude do completo abandono em que se encontram, como falta de vidros, pintura e não possuindo alguns nem mesmo instalações sanitárias para um mínimo de higiene e saúde que se exige para o seu perfeito funcionamento.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental requer, ouvido o Plenário, seja suspensa a sessão do próximo dia 12, sexta-feira, destinando-se as atividades da Assembleia, nesse dia, apenas aos trabalhos das Comissões Técnicas, em razão do grande número de matérias relevantes a serem apreciadas pelas referidas Comissões.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) Hélio Manfrinato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições vem, na forma regimental, requerer que após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Departamento de Estrada de Rodagem, a fim de consultar da possibilidade de asfaltamento da estrada que liga Perobal — Alto Piriqui — Assis Chateau-briand.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) Antônio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Cel. Haroldo Carvalho, o seguinte pedido de informações:

Sabendo-se que, ao iniciar-se cada novo ano, aumenta gradativamente o número de matrículas nos cursos primários e secundários dos nossos estabelecimentos escolares, e que, em caso de omissão do Poder Executivo, ficam sobrecarregadas as Prefeituras Municipais, com o ônus de construção de novas salas de aula, solicitamos as seguintes informações:

a — Quais as medidas tomadas pela Secretaria de Educação para fazer frente o problema?

b — Quantas vagas necessita a SEC para solucionar o problema das matrículas no curso primário, para o ano letivo de 1972?

c — Quantas serão necessárias para o ensino médio para o mesmo exercício?

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições vem, na forma regimental, requerer, após ouvido o Plenário, autorização para representar esta Casa de Leis nos Municípios de Santa Izabel do Ivaí — Loanda — Monte Castelo — São Pedro — Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) Antônio Costa

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 264/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na cidade de Telémaco Borba, Município do mesmo nome, mais um estabelecimento de ensino do ciclo colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Revolução não se faz apenas construindo estradas e implantando indústrias. Revolução como a de 31 de março de 1964, tem por meta, por princípio e fim, acima de tudo, o homem. Ao homem devemos dar condições de viver dignamente, com estudos e com cultura. Este é o propósito deste nosso Projeto.

A população estudantil de Telémaco Borba necessita de um novo estabelecimento de ensino do ciclo colegial. Temos certeza do apoio dos nobres Deputados, assim como a temos do espírito de elevada compreensão do Exmo. Sr. Governador Haroldo Leon Peres.

PROJETO DE LEI N.º 265.71

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar, para fins de conservação e melhoria, a estadualização da estrada que liga a localidade de Imbaú, na estrada do Café, à cidade de Telêmaco Borba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A estrada cuja estadualização propomos está, no momento atual, graças à boa vontade do Exmo. Sr. Governador Haroldo Leon Peres, tendo seu asfaltamento concluído. Ela é fruto do convênio entre uma indústria de papel, a Klabin, e o Governo do Estado. É uma aspiração de 20 anos que somente agora, no atual período administrativo, se concretiza. E para que, em definitivo se incorpore como realização estadual e de um Governo que traça seus rumos sem olhar para o passado, é que pedimos sua estadualização, contando com o apoio de todos os Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE: Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Netto.

O SR. BORSARI NETTO — (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, no sentido de serem reexaminadas as disposições do Decreto Lei n.º 645,69, no que dizem respeito à majoração imposta sobre as tarifas de água e esgoto, com vista à redução, preferencialmente a exclusão, da incidência da quota de providência.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Os técnicos e administradores são concordes, em sua grande maioria, em considerar os serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos como de natureza industrial.

Ancorados neste princípio, as tarifas desses serviços são fixadas tomando-se por base o custo real do metro cúbico de água a ser distribuída e do metro cúbico de água servida a ser coletada, de tal modo que seja permitida a operação, manutenção e expansão do sistema local.

Verifica-se em todos os Estados da Federação e em particular no Paraná, o esforço dos Governos em minimizar ao máximo esses custos.

Observa-se, todavia, ser ponderável no montante das contas de água, a parcela relativa à quota de providência.

O Decreto Lei n.º 645, de 23 de junho de 1969, estabeleceu uma diferenciação nos valores do percentual da "Quota" a ser cobrada dos serviços públicos, reduzindo sensivelmente esse percentual, de 10% para 3% sobre as tarifas de luz e elevando-se, no entanto, como compensação, o seu valor de 10% para 15% para outros serviços, entre os quais os de água e esgotos.

Tal situação veio onerar de forma sensível o valor das contas de água e esgotos, com conseqüente sobrecarga ao usuário.

Entendemos justificado o nosso requerimento, uma vez que seu atendimento estará implicando na preservação do conceito de tarifa para retri-

bução financeira dos serviços de água e esgotos, cuja composição deve ser específica e principalmente virá beneficiar um dos serviços mais essenciais à saúde pública”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o pequeno Expediente, concedo a palavra ao rimeiro inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna nesta tarde, para nos congratularmos com os habitantes da região Sul do Estado, com a abertura do trânsito da BR—476, acontecimento que de há muito era esperado por aquela região.

Tornamos a fazer um apêlo ao Diretor do DER., igual ao que fizemos em 22 de março do corrente ano, ao qual S. Exa. nos respondeu em 27 de julho, dizendo da possibilidade da conservação da BR 280, que demanda de União da Vitória ao Sudoeste.

Voltamos novamente com o apêlo, em forma de requerimento que se encontra na Mesa e o qual, temos certeza contará com o apoio unânime desta Casa, principalmente em se tratando do setor de estradas.

Queremos apelar também a S. Exa. o Secretário de Transportes, para que cuide com mais carinho da estrada que demanda de União da Vitória ao Sudoeste do Estado, completamente abandonada, não apenas nestes seis meses de Governo que se implantou no Paraná a 15 de março do corrente ano, mas que vem sendo abandonada há mais de dez longos anos.

Apelamos ao líder do Governo sobre a possibilidade de o Diretor Geral de Transportes, em nossa companhia, visitar aquela estrada que demanda de União da Vitória, passando por General Carneiro, Palmas, Clevelandia, Mariópolis, Pato Branco e para a Fronteira da Argentina, no Município de Barração.

Nossa solicitação é devido à insistência dos motoristas, porque com a abertura do trânsito União da Vitória-Curitiba pela BR-476, o trânsito naquela estrada haverá de ser intensificado e é necessário que haja a conservação daquela estrada.

Quero dizer que, por encrível que pareça, na época que estamos atravessando, o Distrito Rodoviário responsável por aquele trecho se limita única e exclusivamente a cobrir o macadame que se encontra naquela estrada com terra.

Com a chegada dos dias chuvosos os veículos, mesmo com pequeno porte, não poderão trafegar nesta estrada.

E' o apêlo que faço aos ilustres Deputados, para apoiarem o requerimento que apresentamos em data de hoje.

Era só. (Sem Revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra e satisfação de anunciar a presença do ex-Deputado Jorge Amin Maia.

Não há mais oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

O R D E M D O D I A ,

2

com a presença de 39 senhores Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Ira à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — APOIADO.

Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 17-71, ex-Prooção n. 73-71 — que aprova a Resolução n. 6-71, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul que alterou o convênio pelo qual foi criado o Sistema Codesul — BRDE. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 17-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovada a Resolução n. 6-71 de 08 de julho de 1971, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que aprovou alterações ao Convênio de Curitiba, celebrado em 15 de junho de 1961, pelo qual foi criado o Sistema CODESUL-BRDE.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1971.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

(aa) Antonio Maciel — Relator.

(aa) Murício Fruet

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 102-71, de autoria do Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que liga a sede do Município de Cruz Machado à sede do Município de Pirañhã, na orfina que esecifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — APROVADO.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 19-71, de autoria do Deputado Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, área de terreno rural com aproximadamente 19,46 hectares. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.L.C. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 105-71, de autoria do Deputado Aginaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Municipal de Arapoti. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C. I. P. — com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado pelo substitutivo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 121-71, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública, a "Ação Social Assembléia de Deus", com sede em Barracão. — Parecer favorável da C.C.J. — com SUBSTITUTIVO. — Aprovado pelo substitutivo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 102-69, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que acresce da alínea que especifica, o art. 3.º do Decreto n. 17.171 de 19 de fevereiro de 1965. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Com SUBSTITUTIVO. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

PROJETO DE LEI N.º 102-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O art. 3.º, do Decreto n. 17.171, de 19 de fevereiro de 1965, fica acrescido da seguinte alínea:

f — aos professores do Ensino Primário, aposentados e licenciados por Faculdade de Filosofia, fica assegurado o direito de ministrar, no Ensino Médio até o máximo de vinte e duas (22) aulas suplementares semanais.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 1969.

a) — Deputado Leopoldo Jacomel.

JUSTIFICATIVA: — Apesar da tendência de, gradativamente, extinguir-se o regime de aulas suplementares, não pode, ainda, o Estado prescindir dos que colaboram nessa categoria, por não haver proporção entre o corpo docente e o discente, que, desmesuradamente, cresce, numa progressão geométrica, em relação àquele, que se desenvolve em progressão aritmética.

De consequência, urge ao legislador encontrar o remédio legal, que concilie essa desproporção. Inúmeros são os Professores do Ensino Primário que, num interesse louvável, licenciam-se em nossas Faculdades de Filosofia e, após se aposentarem naquêlo cargo, emprestam sua colaboração ao Ensino Médio, enriquecendo e enaltecendo o Magistério.

Não é justo e nem há lógica, que professores imbuídos do mais nobre espírito público, fiquem, por força de disposição legal, cingidos ao restrito número de quatorze (14) aulas suplementares semanais. Nesses casos, professores aposentados no Ensino Médio Primário e licenciados, lúcidos, válidos e aproveitáveis, no relevante âmbito educacional, podem e devem ter esse limite ampliado para vinte e duas (22) aulas suplementares semanais por ser, a nosso ver, a solução mais compatível e adequada com a instrução pública.

PROJETO DE LEI N. 102-69

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: Deputado Leopoldo Jacomel

SÚMULA: Acresce da Alínea que especifica, o art. 3.º do decreto n. 17.171 de 19-2-65.

P A R E C E R

O Projeto de Lei em epígrafe recebeu brilhante parecer do eminente Deputado Wilson Fortes no que respeita aspectos de técnica legislativa.

Nada de novo, porém foi acrescentado pelo ilustre Deputado-relator no que se refere ao mérito da proposição em análise, conclusão a que se chega confrontando a proposição inicial com o substitutivo apresentado.

A matéria no que tange aos aspectos legais, e constitucionais está revestida de todos os requisitos essenciais, nada impedindo a sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

No mérito entretanto, quer o Projeto quanto o substitutivo propõem modificações muito estreitas, não abrangendo a grande maioria dos mestres em condições de ser aproveitada embora não licenciado, estando devidamente credenciado e habilitado a oferecer sua contribuição inestimável ao desenvolvimento do ensino secundário, que se encontra em franca expansão e democratização.

Mestres que embora aposentados dada a experiência armazenada nos longos anos de Magistério, poderão prestar inestimável colaboração no atual quadro do desenvolvimento nacional, não podendo, ainda, o Estado prescindir destes elementos considerando-se principalmente a carência de pessoal técnico habilitado para esse campo de atividade.

Procuramos com esse objetivo, elaborar um substitutivo geral, emprestando-lhe uma amplitude mais genérica, permitindo, desde que haja necessi-

dade do serviço, o aproveitamento daqueles mestres, que mesmo após sua aposentadoria, tenham condições e desejo de utilizar a sua experiência a serviço da Educação Paranaense.

Pela aprovação, na forma do substitutivo em apenso, é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1969

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

João Olivir Gabardo — Relator; Wilson Fortes; Luiz Malucelli; Haroldo Bianchi; Ivo Thomazoni; Sílvia Barros.

PROJETO DE LEI N. 102-69 SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Aos professores aposentados em cargos de ensino primário ou médio, devidamente habilitados desde que comprovada a necessidade do serviço, poderão ser atribuídas aulas suplementares até o máximo de 32 aulas semanais.

§ único — No caso do professor aposentado estar no exercício de outro cargo público, subtrair-se-á do número de aulas previstas neste artigo o total de horas-aula semanais a que corresponda esse cargo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor a partir do ano letivo de 1970, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1969

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

João Olivir Gabardo — Relator

Wilson Fortes

Paulo Camargo

Luiz R. Malucelli

Haroldo Bianchi

Ivo Thomazoni

Ivo Thomazoni

Sílvia Barros

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

AUTOR: Deputado Leopoldo Jacomel

SÚMULA: Acresce da alínea que especifica, o artigo terceiro do decreto n. 17.171 de 19-2-65.

PROJETO DE LEI N. 102-69 P A R E C E R

É válida e oportuna a iniciativa do nobre deputado Leopoldo Jacomel, que visa acrescer de uma alínea o artigo 3.º do decreto 17.171, de 19 de fevereiro de 1965.

No que diz respeito à apreciação pelo aspecto técnico ficamos com o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, pois lhe dá maior amplitude, permitindo, desde que haja necessidade do serviço, o aproveitamento de professores, não licenciados que, mesmo após sua aposentadoria, tenham condições de contribuir, ainda, com serviços, a causa da educação.

Nosso parecer é portanto pela sua aprovação, nos termos do Substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de julho de 1970

(aa) Olavo Ferreira — Presidente

Alencar Furtado — Relator

Fabiano Braga Côrtes.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 102—69

AUTOR: Deputado Leopoldo Jacomel

P A R E C E R

I — Justa sem dúvida alguma a pretensão do nobre Deputado autor da presente iniciativa de lei, que visa acrescer no art. 3.º do Decreto n. 17.171, de 19—2—65, a seguinte alínea: “aos professores do Ensino Primário, aposentados e licenciados por Faculdade de Filosofia, fica assegurado o direito de ministrar, no Ensino Médio, até o máximo de 22 aulas suplementares semanais”.

II — A medida se nos afigura válida, pois se o professor aposentado tiver condições, ideais para lecionar deve emprestar seu valioso auxílio a educação. Tendo em vista que com a aposentadoria, terá tempo integral a fim de preparar suas aulas e desempenhar a difícil missão com mais eficiência.

III — Nosso parecer portanto é pela sua aprovação nos termos do Substitutivo da Comissão de Instrução Pública, por entendermos que o mesmo atenderá melhor as exigências educacionais.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29—7—70.

(aa) Roberto Galvani — Presidente

Alencar Furtado — Relator.

Paulo Poli

Paulo Poli

Ivo Thomazoni

Silvio Barros.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 227—70, de autoria do Deputado José Alencar Furtado, que cria o Município de Altamira, com os limites que especifica. — Parecer da C.C.J. pela Rejeição — REJEITADO.

PROJETO DE LEI N. 227—70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de “Altamira”, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Palmital.

Art. 2.º — As divisas do Município de “Altamira”, são as seguintes: Ao Norte, partindo, da Foz do Rio Chupador, no Rio Cantú; e Rio Cantú abaixo até a sua foz do Rio Piquiri; a Oeste, partindo do Pontal da foz do Rio Cantú, Rio Piquiri, acima, até a foz do arroio Pinhal Grande; ao Sul, da foz do arroio do Pinhal Grande, seguindo acima até sua nascente; a Leste, partindo da nascente do Arroio Grande por uma linha seca até a nascente do Rio Chupador, e por este abaixo, até a sua foz.

Art. 3.º — Fica autorizada, de acordo com o artigo 1.º da Lei Complementar de 9 de novembro de 1967, a realização de plebescito na área abrangida pelas divisas acima;

Art. 4.º — O Poder Legislativo fica autorizado a tomar todas as providências para a comprovação dos requisitos necessários ao cumprimento do Art. 1.º desta Lei, na conformidade do que dispõe a Lei Complementar n. 1 de 9 de novembro de 1967 e Ato Complementar n.º 46, de 7 de fevereiro de 1969.

Art 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970

(aa) Deputado José Alencar Furtado; Ivo Thomazoni; Erondy Silverio; Eurico Batista Rosas e Armando Queiroz

JUSTIFICATIVA:

A população abrangida pelo novo Município que se pretende criar, com este projeto de Lei, deseja emancipar-se do Município de Palmital, uma vez que o mesmo já não atende nas mínimas reivindicações que se fazem necessárias. Com uma população superior a 15 mil habitantes, a área abrangida pelo novo Município compreende os bairros e distritos de Laranjal; Vista Alegre; Vista Bonita; Rio Preto e Agua Verde; com todas as condições necessárias para a sua viabilidade econômica e financeira, preenchendo os requisitos exigidos pela Lei Complementar n. 1 de 9 de novembro de 1967, já que possui mais de 1.300 eleitores inscritos, e a possibilidade de se atingir 5 mil com as transferências, além de uma arrecadação superior a Cr\$ 300 mil, fruto de sua produção de cereais, madeira e suínos. A sede municipal possui mais de 200 casas e os demais requisitos poderão ser comprovados pela Assembléia Legislativa junto ao IBGE, TRE e o órgão fazendário estadual.

Após a tramitação do processo legislativo ou no curso dele, a Assembléia dirigirá-se ao Presidente da República solicitando a autorização prevista em Ato Institucional para a consumação legal do ato criatório a que se refere este Projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 227-70
P A R E C E R

1 — Tratam os autos do projeto de lei criando o Município de Altamira, com sede na localidade do mesmo nome a ser desmembrado do atual Município de Palmital.

2 — Em que pese o fato de o ilustre signatário do Projeto de Lei, na justificativa, declarar que a Assembléia Legislativa deverá dirigir-se ao Exmo. Sr. Presidente da República solicitando autorização para consumação do ato de criação; a matéria é ilegal e inconstitucional, não tendo condições de aprovação.

E' o parecer, s. m. j.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzini

Cândido Martins de Oliveira

Igo Losso

Gilberto Carvalho e

Odilon Reinhardt

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 26-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação de Recuperação do Indígena (FREI) um terreno com área de (5) cinco alqueires paulista, localizado em Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré. — Parecer favorável da C.C.J. e C.T.I.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 26-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica o Poder Executivo, nos termos desta Lei, autorizado a doar para a Fundação de Recuperação do Indígena (FREI) área de terreno com 5 alqueires paulista, aproximadamente com benfeitorias, no lugar denominado Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré, próximo ao Kilômetro 22 da Estrada do Cerne, adquirido pelo Estado do Paraná do Senhor Benjamim Manfron, conforme transcrição 8.639, livro 3-E, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Colombo.

Art. 2.º — O imóvel objeto da presente doação será destinado exclusivamente, às finalidades da Fundação revertendo ao patrimônio do Estado do Paraná, na hipótese de ser dado destino diverso do previsto na presente Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1971.

a) — Deputado **Fabiano Braga Côrtes**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 26-71

P A R E C E R

I — De autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, o plano de lei em exame, autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação de Recuperação do Indigente a área de terreno com 5 alqueires paulista, aproximadamente, no lugar denominado Campo Magro, no Município de Almirante Tamandaré.

II — O Projeto está elaborado de acôrdo com o Regimento Interno, e não fere nenhum dispositivo constitucional, razão pela qual, nosso parecer é pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente
Sebastião Rodrigues Júnior — Relator
Emílio Carazzai
Igo Losso
Cândido Martins de Oliveira
Acyr José
Gilberto Carvalho

PROJETO DE LEI N. 26-71

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

P A R E C E R

I — A matéria em exame autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação de Recuperação do Indigente (FREI) área de terreno com 5 alqueires paulista no lugar denominado Campo Magro no Município de Almirante Tamandaré.

II — O Projeto, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, já recebeu parecer favorável na Douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão opinar, somos favoráveis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1971.

aa) **Arizone Araújo** — Presidente
Marciano Baraniuk
Santos Lima
Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pedido de informação. Em discussão.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento, conforme o art. 150 do Regimento Interno.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, consultaria V. Exa. qual dos dois pedidos de informação, de minha autoria, foi colocado em discussão.

O SR. PRESIDENTE — O que se refere à Secretaria de Educação e Cultura.

O SR. ALVARO DIAS — Os dois se referem à Secretaria de Educação e Cultura. Mas, o que foi colocado ontem em discussão foi o referente à Universidade de Londrina, e pediu-me para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Ainda não foi submetido a votação. É o último. O requerimento que teve sua votação adiada para a sessão de hoje, ainda não foi votado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato e outros, constantes do Expediente, solicitando suspensão da sessão ordinária do próximo dia 12. sexta-feira, destinando-se as atividades da Assembléia, nesse dia, apenas aos trabalhos das Comissões Técnicas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando autorização para representar esta Casa de Leis, nos Municípios de Santa Izabel do Ivaí, Loanda, Monte Castelo, São Pedro e Formosa do Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 24.º aniversário do Município de Pôrto Amazonas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, no sentido de serem reexaminadas as disposições do Decreto Lei n.º 645-69. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Departamento da estrada que liga Perobal — Alto Piquiri — Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Secretário dos Negócios de Viação e Obras Públicas, no sentido de ser feita reforma nas Escolas Rurais de diversos Municípios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Secretaria dos Transportes, no sentido de autorização de urgentes reparos na estrada que demanda de União da Vitória ao Sudoeste, passando por General Carneiro, Palmas, Clevelândia, estrada esta que com a abertura do trânsito pela BR-476, de União da Vitória a esta Capital, acarretará um grande movimento nessa rodovia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informação. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, já com regime de urgência aprovado por esta Casa, encontram-se diversas Mensagens Governamentais do mais alto interesse para a vida pública do Estado, como a que cria o Fundo Especial de Trânsito, a que regulamenta a distribuição da taxa rodoviária aos Municípios, — inclusive o Município de Curitiba está vivamente interessado na matéria, porque tem cerca de 1 milhão para receber da Fazenda, — e a autoria o Governo do Estado a assinar convênio com o BNH. E tantas outras Mensagens das quais não me recordo no momento. Mas devem ser as de número 243, 244 e 246-71 se não me engano.

Nestas condições, enquanto encaminho requerimento à Mesa, solicito a V. Exa. que submeta à votação nosso requerimento verbal, para que sejam incluídas na Ordem do Dia, porque o período termina dia 30 do corrente mês.

Não é justo que esta Casa não aprecie essa matéria de tanta relevância para a vida do Estado. O requerimento já se encontra na Mesa, apenas falta o número de uma Mensagem, a do BNH.

Está também na Casa a Mensagem que trata do Código Sanitário, de grande importância para a vida pública do Estado. Não formo entre os partidários do atual Governador do Estado, mas vejo nessas Mensagens assuntos de grande relevância para a vida do Estado.

Esta a razão porque solicito a V. Exa. que inclua já na próxima sessão, na ordem do dia, para discussão, essas Mensagens.

É o seguinte o requerimento que encaminho à Mesa:

(Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer inclusão na próxima sessão, na Ordem do Dia, para os Projetos de Lei n.os 243-71, 244-71, 246-71 e 233-71.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971.

(a) Erondy Silvério".

O SR FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem) Sr. Presidente, não foi colocado em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao Deputado Fabiano Braga Cortes que o requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias já foi aprovado pelo Plenário.

Ao Sr. Deputado Erondy Silvério esta Presidência informa que determinará a inclusão na Ordem do Dia dos Projetos mencionados por S. Exa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, aproveito o ensejo para solicitar também a V. Exa. a inclusão na Ordem do Dia de dois Projetos de Lei para os quais solicitei preferência e urgência há mais de mês e inexplicavelmente até o presente não os vimos incluídos na Ordem do Dia. São os Projetos de Lei n.os 97-71 e 168-71, ambos de minha autoria.

Solicito a V. Exa. a inclusão dos dois Projetos na Ordem do Dia, porque as entidades beneficiadas necessitam a aprovação dos mesmos.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao Sr. Deputado Alvaro Dias que os Projetos de Lei mencionados pelo nobre Deputado já estão incluídos na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, à Hora Regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os: 158-70, 233-70, 184-71 e do Projeto de Resolução n.o 14-71;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 19-71, 105-71, 121-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 102-69, 26-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os: 262-70, 47-71, 168-71, 172-71, 173-71, 233-71, 243-71, 245-71, 246-71.

Levanta-se a sessão.